

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA: DEVERES E DIREITOS

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Neste curso será abordado sobre a transparência na gestão pública, sobre o abuso de poder no Brasil e os poderes administrativos e suas finalidades.

OBJETIVO

Adquirir conhecimento sobre a transparência da gestão pública municipal a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.

METODOLOGIA

Concebe o curso **PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA: DEVERES E DIREITOS**, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais de educação que atuam ou pretendem atuar na área.

Código	Disciplina	Carga Horária
609	Princípios da Gestão Pública: Deveres e Direitos	15

APRESENTAÇÃO

Transparência da Gestão Pública Municipal: Um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios Brasileiros; Transparência na Gestão Pública; Construção do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (Itgp-M); O Nível de Transparência da Gestão Pública Municipal; Análise de Regressão; Análise de Clusters; Os Poderes Administrativos e suas Finalidades; O Poder Vinculado; O Poder Discricionário; Limites do Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar; Poder Regulamentar; Poder De Polícia; O Abuso de Poder; Os Deveres Administrativos e sua Aplicabilidade; O Poder-Dever de Agir; O Dever da Eficiência; O Dever Da Probidade; O Dever de Prestar Contas; A Responsabilidade Civil Da Administração Pública; Os Bens Públicos: Conceitos E Pertencimento; O Controle da Administração Pública e as Exigências Legais; Controle Interno; Controle Externo.

OBJETIVO GERAL

- Adquirir conhecimento sobre a transparência da gestão pública municipal a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Posicionar-se sobre a transparência na gestão pública;
- Expressar-se sobre o abuso de poder no Brasil;
- Analisar os poderes administrativos e suas finalidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (ITGP-M) O NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL ANÁLISE DE REGRESSÃO ANÁLISE DE CLUSTERS OS PODERES ADMINISTRATIVOS E SUAS FINALIDADES O PODER VINCULADO O PODER DISCRICIONÁRIO LIMITES DO PODER DISCRICIONÁRIO PODER HIERÁRQUICO PODER DISCIPLINAR PODER REGULAMENTAR PODER DE POLÍCIA O ABUSO DE PODER OS DEVERES ADMINISTRATIVOS E SUA APLICABILIDADE O PODER-DEVER DE AGIR O DEVER DA EFICIÊNCIA O DEVER DA PROIBIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OS BENS PÚBLICOS: CONCEITOS E PERTENCIMENTO O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS EXIGÊNCIAS LEGAIS CONTROLE INTERNO CONTROLE EXTERNO

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRANTES, José Serafim. LRF fácil – guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal - apresentação. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade – Instituto Ethos, 2001. ALBUQUERQUE, Guilherme. Curso de administração financeira e orçamento público – Lei de responsabilidade fiscal. Brasília: Escola de Administração e Negócios (ESAD), 2002. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2011. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental – Um enfoque administrativo. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2002. SILVA, Tatiana Buzalaf de Andrade e. Responsabilidades Legais dos Administradores das Sociedades Comerciais. O conceito de administrador e a delimitação das suas responsabilidades perante os sócios, os acionistas, a empresa e a comunidade em que atua. São Paulo: Texto novo, 2005. SLOMSKI, V. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993. VIVEIROS, Augusto. A vitória do parlamento – PLC nº 135 – 1966. Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.

PERIÓDICOS

AKUTSU, L.; PINHO, J.A.G. Sociedade da informação, accountability, e democracia delegada: investigação em portais de governo no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36, n.5, p.723-745, set./out. 2002.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, ou seja, 60% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Alunos concluintes do ensino médio; Estudantes de graduação e pós graduação; Educadores e pessoas interessadas pelo tema proposto.